

LETRA DE CÂMBIO

O Melhor Para Você.

TEL.: [021] 252.7474

Operamos também com Open

*Mesbla***Metas sem meios**

JOELMIR BETING

Langoni queria para o ano que vem uma inflação gregoriana de 80 por cento. Mas Brasil e Fundo renegociaram uma taxa de 55 por cento. E o próprio Langoni, que se diz voto vencido, participou a domicílio dessa renegociação.

Agora, a taxa de 55 por cento transformada em glorioso objetivo nacional, entra na literatura da crise como "Acordo de Paris". Ou seja: taxa combinada pessoalmente pelo Ministro Delfim Netto com o Diretor-Geral do FMI, o carrancudo Jacques de Larosière, quando da recente expedição ministerial aos cofres trancados do Atlântico Norte.

O Acordo de Paris, que reúne os termos da Carta de Intenção, protocolo fiduciário que o FMI endossa na mesa de decisão do sistema bancário, ensaiou um segundo objetivo ainda mais leonino: acabar com o déficit do setor público até 31 de dezembro de 1984.

★ ★ ★

As metas são protocolares e desiderativas. O próprio documento firmado pelo Brasil leva o nome bem colocado de Carta de Intenção e está menos para o direito econômico e mais para os usos e costumes da prática bancária.

O índice desejado de inflação, negociado em 55 por cento é verdadeiramente mágico: por que não 66 por cento ou 44 por cento? O desmonte cirúrgico do déficit público, epicentro da inflação brasileira, é saudável na meta, mas impraticável nos meios e não realizável no prazo: não se pode corrigir em 15 meses um desvio de 15 anos.

Esse tratamento de choque seria bem mais forte que o doente, o modelo dopado com doses maciças de inflação e de dívida.

★ ★ ★

Se o FMI, chumbado a uma rotina contábil ultrapassada, exige o juramento solene do que não pode (nem deve) ser jurado, façamos o ritual.

De que adianta discutir meta de inflação sem a ajuda de uma competente bola-de-cristal? E de que serve jurar índice gregoriano de inflação sem uma clara noção dos orçamentos nacionais para o ano que vem?

Até aqui, só conhecemos o orçamento fiscal da União, matéria já introduzida pelo Executivo dos canais indiferentes do Legislativo. A valente peça, formulada em tempo de "austeridade punitiva", hospeda uma expansão de 142 por cento nas colunas de receita e despesa, a preços de agosto de 1983.

Nos Estados e Municípios, governadores e prefeitos tocadores de obras jogam com projeções do mesmo calibre, que ninguém é de ferro.

★ ★ ★

Com Langoni ou com Pastore, o objetivo técnico cobrado pelo FMI vai ficar na intenção: o Governo não dispõe de meios materiais e políticos para governar-se. No setor público deficitário, a mão vai continuar bem maior que o bolso.

Pior que a pressão dos credores externos é a pressão dos estatocratas internos: todos os programas e projetos do setor público são fundamentais por natureza e definição; todos os orçamentos já expurgados são intocáveis e todos os cronogramas já contratados são impostergáveis.

No custeio, o emprego é sagrado: ao invés de cortar a despesa, o Governo que trate de aumentar a receita, via elevação de imposto ou remoção de tarifa, proclama a tecnoburocracia enraizada.

★ ★ ★

Obra piramidal, a Ferrovia do Aço não pode parar. Os mineiros não deixam. Os metrôs do Rio e de São Paulo já transportam milhões de brasileiros metropolitanos e qualquer redução de verba deve ser interpretada como sabotagem federal a Governos estaduais eleitos por par-

tidos na oposição. Ou como manobra subterrânea das multis do automóvel contra a expansão do transporte de massa no Brasil...

Cortar Itaipu ou Tucurui? Negativo. Sem Tucurui na data certa, como ocupar Carajás? O orçamento de Itaipu é binacional, a decisão de Brasília passa por Assunção e o Paraguai precisa de 200 mil quilowatts da primeira unidade geradora agora em outubro. A Nuclebras? Outro acordo binacional, financiado por bancos alemães, os mesmos que não querem soltar mais dinheiro na direção do Brasil.

★ ★ ★

Sem reduzir de pelo menos metade os orçamentos de investimento das estatais o corte terá de ser executado, sem anestesia, nas gorduras e nas carnes do custeio do bloco.

Então, 999 mil trabalhadores das estatais entrarão em greve, em defesa da soberania nacional, ostensivamente fustigada pelo complô multinacional disfarçado de FMI.

★ ★ ★

Que tal acabar com todos os subsídios de crédito e de consumo, segundo maior foco autônomo do déficit público?

Negativo. A sociedade já provou o pudim e cuspiu longe. A carteira de subsídios, que privatiza lucro a partir da socialização do prejuízo via recarga fiscal e inflação geral, contempla bens e serviços de utilidade pública e de interesse social — do gás de fogão ao trigo do pão, do crédito rural ao incentivo cambial.

Acabar com o subsídio é maltratar o consumidor, é castigar a agricultura, é sabotar o exportador, advertem os subsidiados.

★ ★ ★

Com Langoni ou com Pastore, o Tesouro Nacional que trate de rodar as guitarras da Casa da Moeda — esse negócio de expansão da base monetária é fantasma que só mete medo em cultores do monetarismo criogênico, made in Chicago, juram os empreiteiros e fornecedores da coisa pública.

O Brasil não pode emitir dólar para honrar a dívida externa, mas pode (e deve) emitir cruzeiros para evitar a moratória interna, sustentam os defensores da solução final: a Casa da Moeda engorda o ativo escritural do Tesouro, que repassa a poupança falsa para as estatais, que resgatam seus papagaios no sistema financeiro interno...

A emissão de moeda sem lastro é uma "saída de emergência", a única, suspiram as vítimas da Calotebrás S.A.

★ ★ ★

Ea inflação? Ora, com expansão monetária sob controle, a inflação já está na faixa dos 152 por cento ao ano, com vocação para 230 por cento.

Uma injeção tática no meio circulante soltaría as amarras do crédito, reativaria o curso dos negócios e afastaria o inimigo público número um: o desemprego de 3,5 milhões de brasileiros quebrados.

A inflação não seria maior do que aquela provocada pela emissão destemperada de títulos da dívida pública, ativo de não-moeda que faz o papel da moeda, inflaciona os juros do sistema financeiro e afoga o governo no brejo do exigível com data marcada.

★ ★ ★

Moral dos círfões: o déficit público, detestado nos efeitos, continua adorado nas causas.

Governo popular é o que executa obras. Governo queimado é o que paga as contas.

No caso brasileiro, é o que tenta pagar as contas, interrompendo as obras.

Como fazer essa omelete sem quebrar os ovos?

Langoni diz que não sabe e Pastore não faz por menos: O Brasil terá de erguer-se do chão puxando os próprios cabelos.